



Boletim de **Legislação**



EJEF - *escola que forma e informa*

Nº 269 – Junho/2013

Período de: 01/06/2013 a 07/06//2013

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 8.025	DOU; 07/06/2013	Altera o Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003, que regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária.	Dec. 8.025 (Site da Presidência da República)
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 73	DOU; 07/06/2013	Cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões	Em. Const. 73 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 12.815	DOU; 05/06/2013 – Edição Extra	Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nºs 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis nºs 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências	Lei 12.815 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 12.816	DOU; 06/06/2013	Altera as Leis nºs 12.513, de 26 de outubro de 2011, para ampliar o rol de	Lei 12.816 (Site da Presidência da República)

		beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC; 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer que as bolsas recebidas pelos servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica, no âmbito do Pronatec, não caracterizam contraprestação de serviços nem vantagem para o doador, para efeito do imposto sobre a renda; 8.212, de 24 de julho de 1991, para alterar as condições de incidência da contribuição previdenciária sobre planos educacionais e bolsas de estudo; e 6.687, de 17 de setembro de 1979, para permitir que a Fundação Joaquim Nabuco ofereça bolsas de estudo e pesquisa; dispõe sobre o apoio da União às redes públicas de educação básica na aquisição de veículos para o transporte escolar; e permite que os entes federados usem o registro de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em ações e projetos educacionais.	República)
--	--	---	------------

LEI Nº 12.817	DOU; 06/06/2013	Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para ampliar a idade limite de crianças e adolescentes que compõem as unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família elegíveis ao recebimento do benefício para superação da extrema pobreza, e dá outras providências.	Lei 12.817 (Site da Presidência da República)
---------------	--------------------	---	--

ATOS NORMATIVOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 274	DOU; 03/06/2013	Dispõe sobre os tetos das tarifas aeroportuárias de conexão e dá outras providências. <i>Em vigor a partir de 18/07/2013.</i>	Res. 274 (Site da ANAC)

ATOS NORMATIVOS DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 155	DOU; 03/06/2013	Regulamenta as visitas aos presos custodiados nas penitenciárias federais.	Port. 155 (p.32 do DOU) e Port. 155 (p.33 do DOU)

			(Site da Imprensa Nacional)
LEGISLAÇÃO ESTADUAL			
Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO 46.252 A	Minas Gerais; 08/06/2013	Dispõe sobre a identificação e procedimentos para o registro, emplacamento e licenciamento de veículos automotores pertencentes aos agentes consulares.	Dec. 46.252 A (Site da ALMG)
ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS			
Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 2.888	DJE; 07/06/2013	Designa data para a instalação de vara na Comarca de Vespasiano.	Port. 2.888 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.889	DJE; 07/06/2013	Designa data para a instalação de vara na Comarca de Itabirito.	Port. 2.889 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 30, da Primeira Vice-Presidência	DJE; 04/06/2013	Dispõe sobre a entrega de autos para a extração de cópias no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 30 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 31, da Primeira Vice-Presidência	DJE; 04/06/2013	Dispõe sobre a prática de ato de mero expediente pelos escrivães, na hipótese que menciona.	Port. 31 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 74, da Segunda Vice-Presidência	DJE; 07/06/2013	Dá nova denominação ao Banco de Sentenças do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, instituído pela Portaria nº 14 da 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça, de 31 de março de 2009, e o regulamenta.	Port. 74 (Site do TJMG)
ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA			
Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 25	DJE; 05/06/2013	Avisa aos magistrados, servidores, notários e registradores e a quem mais possa interessar que os documentos emitidos e impressos pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico – PJe – poderão ter a sua autenticidade verificada por meio do endereço “http://pje.tjmg.gov.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam”.	
PORTARIA Nº 2.671	DJE; 03/06/2013	Determina a realização de Correição Extraordinária parcial na Comarca de Manhuaçu, com a finalidade de fiscalizar	

		os serviços judiciais da 1ª Vara Criminal, da Infância e Juventude e de Execuções Fiscais e da 2ª Vara Criminal, de Execuções Penais e de Cartas Precatórias Cíveis e Criminais, para verificação de sua regularidade e conhecer de denúncias, reclamações ou sugestões apresentadas.	<p>Diário do Judiciário Eletrônico, disponível no site http://dje.tjmg.jus.br</p> <p>ou</p> <p>Base de atos normativos da Corregedoria Geral de Justiça, disponível no portal http://www.tjmg.jus.br/portal/egislacao/atos-normativos/menu-em-abas/corregedoria.htm</p>
PORTARIA Nº 2.682	DJE; 05/06/2013	Designa a Drª Juliana Mendes Pedrosa, Juíza de Direito da Vara Cível, para exercer as funções de Diretora do Foro da Comarca de Itambacuri.	
PORTARIA Nº 2.683	DJE; 05/06/2013	Designa o Dr. Aloysio Libano de Paula Junior, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais, para exercer as funções de Diretor do Foro da Comarca de Lagoa da Prata.	
PORTARIA Nº 2.684	DJE; 05/06/2013	Designa o Dr. Reinaldo Daniel Moreira, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude, para exercer as funções de Diretor do Foro da Comarca de João Pinheiro.	
PORTARIA Nº 2.685	DJE; 05/06/2013	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Manhuaçu, com a finalidade de fiscalizar os serviços do foro judicial, para verificação de sua regularidade e conhecer de denúncias, reclamações ou sugestões apresentadas.	
PORTARIA Nº 2.687	DJE; 05/06/2013	Designa o Dr. Adriano de Pádua Nakashima, Juiz de Direito da Vara de Execuções Criminais, da Infância e da Juventude e de Cartas Precatórias Criminais da Comarca de Muriaé, para o exercício das “atribuições de fiscalização, orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual”.	
PORTARIA Nº 2.688	DJE; 05/06/2013	Designa o Dr. Rafael Murad Brumana, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Carangola, para o exercício das	

		<p>“atribuições de fiscalização, orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual”.</p>	
<p>PORTARIA Nº 2.689</p>	<p>DJE; 05/06/2013</p>	<p>Designa a Dra. Perla Saliba Brito, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Brumadinho, para o exercício das “atribuições de fiscalização, orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual”.</p>	
<p>PORTARIA Nº 2.690</p>	<p>DJE; 05/06/2013</p>	<p>Designa o Dr. José Honório de Rezende, Juiz de Direito da Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Ibité, para o exercício das “atribuições de fiscalização, orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual”.</p>	
<p>PORTARIA Nº 2.691</p>	<p>DJE; 05/06/2013</p>	<p>Designa o Dr. Maurício José Machado Pirozi, Juiz de Direito da Vara de Família, da Infância e da Juventude e de Precatórias da Comarca de Cataguases, para o exercício das “atribuições de fiscalização, orientação e apuração de</p>	

		irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual”.	
PORTARIA Nº 2.692	DJE; 05/06/2013	Designa o Dr. Rafael Guimarães Carneiro, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Cartas Precatórias da Comarca de Formiga, para o exercício das “atribuições de fiscalização, orientação e apuração de irregularidades de instituições, organizações governamentais e não governamentais, abrigos, instituições de atendimento e entidades congêneres que lidem com idosos, garantindo-lhes as medidas de proteção e atendimento prioritário previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, salvo aquelas cuja competência específica couber aos demais juízos do Poder Judiciário Estadual”.	

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.